



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AV. BAHIA Nº. 845 – INDAIÁ – CARAGUATATUBA – SP – CEP 11665-060 – FONE: (12) 38977062

CONSELHO MUNICIPAL DA DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDDI

RESOLUÇÃO Nº 034/2015- Dispõe sobre a regulamentação do processo de eleição dos membros representantes da sociedade civil do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO.

O CONSELHO MUNICIPAL DA DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1861 de 08 de setembro de 2010 e considerando a necessidade de regulamentar a habilitação e o processo de eleição dos membros representantes da sociedade civil do Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º Fica regulamentado o processo de eleição dos membros representantes da sociedade civil do CONSELHO MUNICIPAL DA DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO para a gestão 2015/2017, na forma desta resolução.

Parágrafo único: A escolha dos representantes da sociedade civil do CMDDI será mediante Assembleia Geral, cuja convocação dar-se-á por meio de edital expedido pelo presidente do Conselho em exercício, do qual conste data, local, pauta e critérios de participação das entidades, associações, organizações descritas no artigo 5º, II, da Lei 2.249, de 20 de outubro de 2015.

Art. 2º O CMDDI nomeará uma Comissão do Processo Eleitoral, que juntamente com representante da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso, serão responsáveis pela condução dos trabalhos de eleição, com as seguintes atribuições:

I – Efetivar as inscrições dos candidatos interessados em participar da eleição para escolha dos representantes da sociedade civil no CMDDI, recebendo a documentação pertinente, conforme estabelece a presente resolução.

II – Divulgar a lista de candidatos habilitados, de acordo com os critérios previamente definidos;

III- Coordenar os procedimentos eleitorais até a fase final da Assembleia convocada para a eleição.

Parágrafo único: Na hipótese do sindicato, associação ou pessoa física não indicar o segmento a que pertence, caberá à Comissão Coordenadora dos Trabalhos efetivar o seu enquadramento quanto ao segmento, em conformidade com os estatutos do segmento e/ou relatórios de atividades do mesmo.

Art. 3º Das decisões da Comissão do Processo Eleitoral, caberão recursos no prazo de (2) dois dias úteis, após publicação e/ou ciência de suas decisões constantes do Edital de Pleito.

Art. 4º Poderão habilitar-se ao processo eleitoral na condição de **candidato** até **03 (três) representantes de Sindicatos e/ ou Associações Cíveis; 03 (três) representantes de Sindicatos e/ ou Associações Cíveis voltadas especificamente ao público idoso; 01 (um) representante de instituição de Ensino Superior; 03 (três) pessoas físicas acima de 60 anos (idosos), residentes no Município.**

Art. 5º A propositura da candidatura e a habilitação dos representantes dos sindicatos, associações civis ou pessoas físicas em qualquer dos segmentos dos que representarão a sociedade civil no CMDDI, serão aceitas mediante requerimento próprio para cada uma das pretensões, indicada ao CMDDI, assinada pelo representante legal do Sindicato e/ou Associação Civil acompanhada dos seguintes documentos:

- I. Cópia da Carteira de Identidade – RG;
- II. Cópia do CPF;
- III. Cópia do Comprovante de Endereço;
- IV. Cópia da ata de eleição e posse da última diretoria;
- V. Relatório de atividades desenvolvidas referentes aos dois últimos anos anteriores ao pleito eleitoral;
- VI. Declaração de funcionamento, constando os nomes: presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro em que constem os números de RG, CPF e Telefone de cada um deles;
- VII. Cópia do Estatuto da Entidade ou Organização em vigor, devidamente registrado;
- VIII. Cópias do Cadastro Nacional Pessoa Jurídica- CNPJ do M.F;
- IX. Cópia de Inscrição no Conselho de classe;
- X. Declaração de filiação do candidato ao Sindicato e/ou Associação Civil na condição de associado ou vínculo empregatício na condição de funcionário.

Parágrafo único: Estarão isentos da entrega de documentos os Sindicatos e/ou Associações Cíveis voltadas especificamente aos idosos ou não, incluindo Instituição de Nível Superior inscritos e com documentação atual vigente no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso

Art. 6º O interessado em se candidatar do processo eleitoral deverá optar por um único segmento.

Art. 7º A Comissão do Processo Eleitoral analisará os pedidos e publicará a lista dos habilitados.

Art. 8º Das decisões da Comissão do Processo Eleitoral caberá recurso no prazo de (2) dois dias.

Art. 9º Poderá realizar o exercício do voto os eleitores munidos de RG e comprovante de endereço, acima de 18 anos residentes no município.

Art. 10º A Assembléia de Eleição terá as seguintes fases:

I – Abertura do processo eleitoral pela Presidente do Conselho Municipal do Idoso.

II- Formação da mesa receptora e apuradora de votos formados por membros da Comissão do Processo Eleitoral.

III – Eleição dos representantes das entidades, associações, organizações, da sociedade civil e candidatos na qualidade de pessoa física acima de 60 anos;

Art. 11º O voto será secreto, sendo permitida a cada eleitor a escolha de um candidato por segmento, totalizando 04 votos.

Parágrafo único: A titularidade e suplência serão definidas entre os candidatos tendo como referência ordem decrescente de votos, ou seja, a titularidade será atribuída ao candidato com maior número de votos a seguir os suplentes em cada categoria de representação da sociedade civil.

Art. 12º Terminada a Assembléia de Eleição, a mesa coordenadora dos trabalhos assinará a ata com a relação dos representantes encaminhando a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso documento para prosseguimento administrativo, lavratura de Decreto de Nomeação e será agendada posse oficial e início dos trabalhos do exercício em curso.

Art. 13º Todas as resoluções citadas serão fixadas no mural do Paço Municipal.

Art. 14º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga dispositivos contrários.

Caraguatatuba, 03 de novembro de 2015

Maria Aparecida Waack
Presidente do Conselho Municipal da Defesa dos Direitos do Idoso